



GT 45. Etnografias da natureza: repensando dualidades

Coordenador(es):

Glúcia Oliveira da Silva (PPGMA UERJ)

Bernardo Lewgoy (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 1

Debatedor/a: Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias (IPHAN)

Sessão 2

Debatedor/a: Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A postura relativizadora que acompanhou o desenvolvimento da Antropologia como disciplina vem ganhando novos contornos com a crítica ao antropocentrismo e ao determinismo cultural. Com esse GT, pretendemos discutir textos teóricos ou etnográficos que instrumentalizem a compreensão sobre práticas humanas de modo a questionar a existência de um grande divisor e todas as outras fraturas dele decorrentes. Nessas últimas incluímos, a título de exemplo, as dicotomias presentes em contextos de colaboração, predação ou activity produtiva, estabelecidas por grupos humanos com outros seres vivos; são algumas delas: selvagem/domesticado/animais de companhia, caçador/caça, pescador/pescado, agricultor/culturas, etc. Outras oposições, tais como espécies nativas/ espécies exóticas, saber científico/saber popular/tradicional, podem ser acionadas quando espécies se tornam alvo de preservação ou de extermínio. Nas práticas científicas podem surgir ainda as distinções entre sujeito/objeto, pesquisador/cobaia, homem/máquina, artificial/natural, moderno/tradicional e seus desdobramentos. O GT pretende assim reunir trabalhos que convidem a pensar em novas possibilidades de descrever, analisar e interpretar esses e outros contextos, que vão deixando de ser exclusivamente sociais, como queria a antiga Antropologia, pressupondo a dissolução das fronteiras entre natureza e sociedade/cultura, na prática etnográfica.

Do mantra da sustentabilidade ao evangelho da resiliência

Autoria: Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias (IPHAN)

Bastante arraigado contemporaneamente em áreas do conhecimento como a ecologia de paisagens, o manejo ambiental e a gestão de riscos e desastres, o conceito de resiliência pode ser definido como a capacidade de um sistema absorver e processar distúrbios que lhes afetam sem perder sua capacidade de auto-organização, sua identidade e feedbacks fundamentais. Da mesma forma, seu uso tem sido frequente na psicologia, tanto leiga, quanto erudita, para se referir à capacidade do sistema psíquico do sujeito lidar com situações adversas e traumas de diversas ordens, o que aponta para uma grande polivalência do conceito. Para alguns críticos, entretanto, trata-se de um novo ?evangelho? do discurso socioambiental (Nadasdy, 2007; Hornborg, 2009), em substituição ao - ou paralelamente ao - já clássico ?mantra da sustentabilidade? (Hanningan, 2009; Zhouri e Oliveira, 2012). Esta apresentação tem por objetivo, portanto, refletir sobre o que está em jogo quando o discurso ecológico passa ser informado pela noção de resiliência, em especial: (1) o que constituiria, para cada ambiente ou paisagem, uma identidade a ser perdida; (2) em segundo, quem define qual seria esta identidade; (3) em terceiro, o que qualificaria um distúrbio como distúrbio. Por fim, mas não menos importante, (4) quais seriam os traços e componentes do sistema importantes de serem mantidos e/ou cultivados para que ele seja considerado resiliente. A partir de uma análise da literatura produzida a respeito do tema nos campos da conservação ambiental, ecologia crítica e



patrimônio cultural, trabalharemos com a hipótese de que se o paradigma da sustentabilidade implica em uma crença na capacidade de se transpor a crise ambiental sem deixar o caminho da modernização? (Spaargaren e Mol apud Hanningan, 2009, p. 47), o paradigma da resiliência, por outro lado, parece sugerir outro tipo de arrazoado, calcado em certo espírito do tempo antropocênico. Neste, prevaleceria a constatação de que a crise ambiental e seus distúrbios são irreversíveis; que a "intrusão de gaia" de que fala Latour (2013) é iminente; por fim, de que só nos restaria a construção de meios de sobrevivência e adaptação às condições adversas que com certeza se seguirão, na esteira da degradação geral das condições de vida dos sistemas terrestres.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: